

Digesto

NEWSLETTER N.º 7/2020

Período abrangido: 20 de março a 3 de abril de 2020



COVID-19

[Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo [Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março](#).

[Despacho n.º 3547/2020, de 22 de março](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Regulamenta a situação dos utentes dos parques de campismo e de caravanismo e das áreas de serviço de autocaravanas.

[Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março](#)

Ambiente e Ação Climática - Gabinete do Ministro

Regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar.

[Despacho n.º 3586/2020, de 23 de março](#)

Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Define regras em matéria de articulação entre assistência à família e a disponibilidade para os profissionais que asseguram os serviços essenciais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em matéria de segurança e cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais, nos centros educativos e no sistema de vigilância eletrónica.^[1]

[Despacho n.º 3587/2020, de 23 de março](#)

Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Define medidas de caráter excecional e temporário de restrição do gozo de férias durante o período de tempo necessário para garantir os serviços essenciais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em matéria de segurança e cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais, nos centros educativos e no sistema de vigilância eletrónica.

[Decreto-Lei n.º 10-C/2020, de 23 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 no âmbito das inspeções técnicas periódicas.^[1]

[Decreto-Lei n.º 10-D/2020, de 23 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 relacionadas com o setor das comunicações eletrónicas.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2020, de 23 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Alarga o diferimento de prestações vincendas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional ou no Portugal 2020 a todas as empresas, devido à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19.

[Despacho n.º 3614-A/2020, de 23 de março](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Regula, nos termos do [Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março](#), o funcionamento das máquinas de vending, e o exercício das atividades de vendedores itinerantes e de aluguer de veículos de mercadorias e passageiros. [L1]
[SEP]

[Despacho n.º 3614-B/2020, de 23 de março](#)

Finanças e Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Autoridade Tributária, incluindo os Serviços de Finanças e Alfândegas, e da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. [L1]
[SEP]

[Despacho n.º 3614-C/2020, de 23 de março](#)

Justiça e Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinetes das Ministras da Justiça e da Modernização do Estado e da Administração Pública

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, da Polícia Judiciária, do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., e do Instituto dos Registos e Notariado, I. P., durante o estado de emergência.

[Despacho n.º 3614-D/2020, de 23 de março](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinete da Ministra

Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do [Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março](#), em execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo [Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março](#).

[Despacho n.º 3614-E/2020, de 23 de março](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação - Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro da Educação

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral da Administração Escolar e do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., durante o estado de emergência.

[Despacho n.º 3614-F/2020, de 23 de março](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública e Agricultura - Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e da Agricultura

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), durante o estado de emergência.^[1]_[SEP]

[Despacho n.º 3614-G/2020, de 23 de março](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública e Mar - Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro do Mar

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos durante o estado de emergência.

[Despacho n.º 3651/2020, de 24 de março](#)

Mar - Gabinete do Ministro

Adota medidas extraordinárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa Operacional Mar 2020.

[Despacho n.º 3659-A/2020, de 24 de março](#)

Administração Interna - Gabinete do Ministro

Determina procedimentos de controlo de fronteira por parte do SEF.^[1]_[SEP]

[Despacho n.º 3659-B/2020, de 24 de março](#)

Infraestruturas e Habitação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações

Prorroga a suspensão dos voos de e para Itália.

[Decreto-Lei n.º 10-E/2020, de 24 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria um regime excecional de autorização de despesa para resposta à pandemia da doença COVID-19 e altera (primeira alteração) o [Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março](#).

[Despacho n.º 3659-C/2020, de 24 de março](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina os termos do funcionamento dos serviços presenciais da Segurança Social, da Autoridade para as Condições do Trabalho, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P..

[Despacho Normativo n.º 4/2020, de 25 de março](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Determina a criação de uma linha de apoio financeiro, destinada a fazer face às necessidades de tesouraria das microempresas turísticas cuja atividade se encontra fortemente afetada pelos efeitos económicos resultantes do surto da doença COVID-19.

[Portaria n.º 80-A/2020, de 25 de março](#)

Infraestruturas e Habitação

Regula o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos.

[Portaria n.º 81/2020, de 26 de março](#)

Agricultura

Estabelece um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

[Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.^{[L1][SEP]}

[Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19.

[Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.^{[L1][SEP]}

[Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados.

[Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.^{[L1][SEP]}

[Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.^{[L1][SEP]}

[Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, de forma a permitir a antecipação dos pedidos de pagamento.

[Despacho n.º 3849/2020, de 27 de março](#)

Mar - Gabinete do Ministro

Determina a alteração ao funcionamento do leilão do pescado da primeira venda em lota durante o período do estado de emergência.

[Despacho n.º 3863-B/2020, de 27 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro da Administração Interna e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do COVID 19.

[Portaria n.º 82/2020, de 29 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais.

[Despacho n.º 3889/2020, de 30 de março](#)

Agricultura - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Suspende temporariamente, até à publicação de novo despacho que determine o seu reinício, a campanha de vacinação antirrábica, de controlo e vigilância de outras zoonoses para cães, estabelecida para o ano de 2020.

[Portaria n.º 82-A/2020, de 30 de março](#)

Agricultura

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 207-A/2017, de 11 de julho](#), que estabelece, para o território do continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares do apoio a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação.

[Despacho n.º 3903-E/2020, de 30 de março](#)

Economia e Transição Digital e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra da Saúde

Determina a prorrogação da suspensão de toda e qualquer atividade de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia, com exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis.

Portaria n.º 82-B/2020, de 31 de março

Mar

Altera (segunda alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo no Domínio da Eficiência Energética, Segurança e Seletividade do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental.

Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições.

Despacho n.º 4024-A/2020, de 1 de abril

Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado das Infraestruturas

Adota medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, de resposta à epidemia SARS-CoV-2 no âmbito da atividade de transporte de doentes.^[L]_[SEP]

Despacho n.º 4024-B/2020, de 1 de abril

Ambiente e Ação Climática - Gabinete do Ministro

Determina que, até ao termo do período do estado de emergência, a taxa de gestão de resíduos, nos sistemas de gestão de resíduos urbanos, incide sobre a quantidade de resíduos destinados a operações de eliminação e valorização no período homólogo de 2019.

Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril

Presidência da República

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.^[L]_[SEP]

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19.

[Despacho n.º 4097-B/2020, de 2 de abril](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna e das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde

Determina as competências de intervenção durante a vigência do estado de emergência, ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Centro Distrital de Segurança Social e à Autoridade de Saúde de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios.

ENERGIA

[Portaria n.º 80/2020, de 25 de março](#)

Ambiente e Ação Climática

Estabelece a tarifa de referência e o respetivo prazo de duração aplicável aos produtores de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, bem como a quota máxima anual para atribuição de remuneração garantida.

[Portaria n.º 83/2020, de 1 de abril](#)

Ambiente e Ação Climática

Antecipa os prazos de prolongamento para a extinção das tarifas transitórias aplicáveis aos fornecimentos de eletricidade em MT e Baixa Tensão Especial (BTE), para 2021 e 2022, respetivamente, e aos fornecimentos de gás natural em BP, para 2022.

[Despacho n.º 4131/2020, de 3 de abril](#)

Ambiente e Ação Climática - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de gás natural.

ENSINO SUPERIOR

[Aviso n.º 5002/2020, de 25 de março](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Atualiza a tabela de emolumentos a cobrar pela Direção-Geral do Ensino Superior a partir de 1 de março de 2020.

ENTIDADES REGULADORAS

[Regulamento da CMVM n.º 3/2020, de 23 de março](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Altera (terceira alteração) o Regulamento do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

[Regulamento n.º 310/2020, de 31 de março](#)

Comissão Nacional de Proteção de Dados

Determina o valor das taxas pela apreciação e decisão de requerimentos à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

[Diretiva n.º 5-A/2020, de 2 de abril](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Atualiza a tarifa de energia do setor elétrico.

FINANÇAS

[Lei n.º 2/2020, de 31 de março](#)

Assembleia da República

Aprova o Orçamento do Estado para 2020.^[1]_[2]

[Lei n.º 3/2020, de 31 de março](#)

Assembleia da República

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020.

[Lei n.º 4/2020, de 31 de março](#)

Assembleia da República

Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para os anos de 2020 a 2023.

INFRAESTRUTURAS

[Portaria n.º 79/2020, de 24 de março](#)

Infraestruturas e Habitação

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril](#), que estabelece os aeroportos e os aeródromos nos quais é devida a taxa de segurança.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Atualiza a base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 4932/2020, de 24 de março](#)

Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral

Determina as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de abril de 2020.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A, de 30 de março](#)

Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa

Aprova o regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico na Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2020/A, de 1 de abril](#)

Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa

Altera (primeira alteração) o [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro](#), que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2020/A, de 2 de abril](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Altera (primeira alteração) o [Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2011/A, de 28 de junho](#), que estabelece o pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde no âmbito do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2020/M, de 25 de março](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Altera (primeira alteração) o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao [Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro](#).

SAÚDE

[Portaria n.º 85/2020, de 3 de abril](#)

Saúde

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 390/2019, de 29 de outubro](#), que alterou (quarta alteração) a [Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho](#), a qual estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

TRIBUNAIS

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2020, de 26 de março](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Acorda que o assistente, ainda que desacompanhado do Ministério Público, pode recorrer para que a suspensão da execução da pena de prisão em que o arguido foi

condenado fique condicionada ao pagamento, dentro de certo prazo, da indemnização que lhe foi arbitrada.

Acórdão (extrato) n.º 116/2020, de 31 de março

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma decorrente do n.º 9 do artigo 14.º do Regulamento das Custas Processuais, na redação dada pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro, segundo a qual o réu que foi absolvido da instância e deduziu pedido reconvenicional, que veio a ser julgado parcialmente procedente, é responsável a final pela sua quota-parte do remanescente da taxa de justiça; não conhece do recurso quanto à norma constante dos artigos 529.º, n.º 4, do Código de Processo Civil e 25.º, n.º 1, do Regulamento das Custas Processuais, segundo a qual a parte vencedora deve elaborar e enviar uma nota discriminativa e justificativa das custas de partes no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado sob pena de caducidade do direito de liquidação.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

